

# Angola lidera países com população rural mais vulnerável ao acesso à água potável

22 de Março, 2017

Mais de 500 milhões de pessoas nas zonas rurais em todo o mundo não têm atualmente acesso a água potável, de acordo com um relatório divulgado hoje pela organização não-governamental WaterAid, que identifica Angola como país mais vulnerável. Em todo o mundo, 663 milhões de pessoas não têm acesso a água potável, sendo que a grande maioria, mais de 500 milhões de pessoas, vive em zonas rurais, de acordo com o estudo.

Entre os 10 países com piores condições de acesso à água potável nas zonas rurais, sete são do continente africano, sendo que Angola lidera este grupo, em que figura também Moçambique, na sexta posição.

“Na sequência de anos de guerra civil, Angola mostrou sinais de crescimento económico real nas últimas duas décadas e é agora a 5ª maior economia de África. Porém, também está no topo da lista dos países com maiores percentagens de população rural sem acesso a água potável (71,8%), fruto das más infraestruturas e da falta de priorização e investimento por parte do Governo”, sublinha o estudo da WaterAid.

Em Moçambique, no 6º lugar daquele bloco de países, dois terços da população rural vivem sem água segura, e o país está “entre os mais vulneráveis e menos capazes de se adaptarem às alterações climáticas”, segundo o Índice de Adaptação Global da Universidade de Notre Dame, citado pelo estudo.

Moçambique, cuja grande maioria da população (68%) vive em zonas rurais e 11,5 milhões de pessoas (63% da população) não têm acesso a água potável, já sofre eventos climáticos extremos, incluindo ciclones, cheias e secas.

“Em janeiro de 2015, chuvas torrenciais no norte e no centro de Moçambique causaram cheias graves, desalojando dezenas de milhares de pessoas e devastando colheitas e gado. Algumas partes do sul de Moçambique também foram assoladas pela seca em 2016, com 1,5 milhões de pessoas a necessitarem de ajuda humanitária e 95.000 crianças em risco de malnutrição grave”, lembra o estudo.

A organização apela ao aumento no financiamento público e privado para a água, o saneamento e a higiene, instando os governos a “ajudar a obter um aumento substancial e de longo prazo, desenvolvendo os sistemas nacionais robustos que são necessários para alcançar o acesso universal a serviços sustentáveis”.

A WaterAid apela ainda ao respeito dos compromissos assumidos pelos países na Cimeira do Clima de 2015 em Paris e chama ainda a atenção para a necessidade de uma atribuição equitativa do financiamento para o clima.

“Menos de um terço do financiamento público internacional disponível para o clima está a beneficiar os países menos desenvolvidos, que são os mais necessitados”, refere-se no estudo.

Estudos que a WaterAid promete “disponibilizar em breve” demonstram, segundo a organização, que “os países de rendimento médio beneficiaram mais da despesa com água, saneamento e higiene relacionada com o clima, pelo que são necessários mecanismos melhores para assegurar que os fundos sejam atribuídos com base na necessidade e vulnerabilidade climática e não por um método de fila de espera”.

“Os países mais pobres também precisam de apoio para identificar as necessidades, criar programas que lhes deem resposta e navegar pela complicada burocracia inerente ao acesso a financiamento”, remata o estudo.